

NOTAS SOBRE AS PROPRIEDADES RURAIS DE ALFENAS, MG: DÉCADAS DE 1870-1880

Marcos Lobato Martins

Área temática: Economia e Desenvolvimento

RESUMO

Este trabalho apresenta resultados iniciais de uma pesquisa sobre a transição da economia de abastecimento para a cafeicultura na região de Alfenas, Sul de Minas Gerais, no período compreendido entre as décadas de 1870 e 1880. Com base em documentos cartorários diversos e inventários, examinam-se as pautas de atividades das propriedades rurais e a estrutura da riqueza dos fazendeiros, bem como o lugar da cafeicultura na dinâmica das unidades agrícolas do município. Os dados obtidos permitem inferir que a introdução do café na região de Alfenas guarda semelhanças com o caso do Paraíba paulista, onde o café começou como lavoura secundária entre pequenos, médios e grandes proprietários voltados para a produção de alimentos – uma estratégia de diversificação das atividades desses proprietários - para, posteriormente, já no século XX, ocorrer a especialização produtiva regional. Os dados levantados também sugerem que o financiamento inicial da cafeicultura em Alfenas tenha dependido dos capitais acumulados na tradicional agricultura de abastecimento.

Palavras-chave: Propriedades rurais, cafeicultura, abastecimento, Alfenas, Sul de Minas

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte dos desdobramentos iniciais de uma pesquisa sobre a transição da agricultura de abastecimento para a agroexportação cafeeira na região do Sul de Minas, abrangendo o período compreendido entre as décadas de 1860 e 1890. As elites proprietárias de Alfenas e as transformações das estruturas produtivas em suas fazendas, bem como nas suas carreiras de negócios são os focos principais da investigação. As fontes documentais privilegiadas na pesquisa são documentos cartorários (inventários, testamentos, contratos, procurações, escrituras de compra e venda, etc.), jornais locais (notadamente os periódicos da cidade de Campanha) e as obras de memorialistas de cidades sul-mineiras.

O objetivo deste texto é avançar algumas considerações preliminares referentes à fase inicial da cafeicultura na região do Sul de Minas, dialogando com questões presentes na historiografia mineira e brasileira a partir da análise de escrituras e procurações encontradas no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Alfenas, e de inventários pertencentes ao acervo do antigo Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas. Trata-se, portanto, de exploração inicial da referida documentação orientada por duas questões:

- a) Quando, por quem e como a cultura comercial do café começou a ganhar relevância nas terras do município de Alfenas e cidades mais próximas?
- b) Quais transformações a entrada do café nas fazendas de Alfenas provocou no uso das terras e dos recursos econômicos disponíveis aos proprietários?

2. DA AGRICULTURA DE ABASTECIMENTO À CAFEICULTURA

O Sul de Minas é sabidamente uma região para qual a historiografia ainda é muito pouco desenvolvida, apesar de sua importância histórica em razão do destaque que ela alcançou, na primeira metade do XIX, com agricultura de abastecimento. Como mostrou Alcir Lenharo (1979), em um estudo clássico sobre a região, entre 1808 e 1842, o Sul de Minas foi o abastecedor do mercado carioca, para o qual produzia e exportava gado, além de mais produtos de necessidade básica como toucinho, queijos e cereais. Homens como Custódio José Dias e seu filho, o Senador Padre José Custódio Dias, ambos moradores do Distrito de São José e Dolores de Alfenas, tiveram importante papel nesta função econômica. Estas atividades, relacionadas ao abastecimento da Corte, possibilitaram, como salienta Lenharo, a construção de redes sociais que inseriram os grandes proprietários sul-mineiros nos círculos políticos ligados à construção inicial do Estado brasileiro. Douglas Cole Libby (1988), por sua vez, mostrou que o Sul de Minas conservou no decurso do Oitocentos vinculação estreita com a produção agropecuária e com a indústria doméstica de tecidos. Afonso de Alencastro Graça Filho (2002) estudou detalhadamente a praça mercantil de São João Del Rei e suas vinculações com o Rio de Janeiro, realçando o dinamismo dos homens de negócio daquela cidade e sua influência sobre vastas áreas da Província de Minas Gerais, especialmente o Oeste e a Zona da Mata.

No entanto, na segunda metade do século XIX, especialmente a partir dos anos 1870, esse perfil regional teria sido alterado. Modificação gerada pela introdução da cafeicultura que, em poucos decênios, transforma a região numa área de ponta da agroexportação. Nesse novo contexto, o Sul de Minas adquiriria, nas primeiras décadas do século passado, lugar proeminente na economia e na política mineira (LIMA, 1981). Do ponto de vista historiográfico, com relação a essa transição da “economia de abastecimento” para a “economia cafeeira”, há duas ordens de problemas. A primeira diz respeito ao pouco conhecimento existente sobre os processos desta transição, especialmente no que se refere às alterações nos sistemas agrícolas regionais, na composição das fortunas dos grandes proprietários e nas reorientações de suas ações políticas nos planos provincial e nacional. A segunda ordem de problemas está ligada mais diretamente à própria compreensão da expansão da cafeicultura no Sul de Minas: quem a promoveu, como o fez e de que maneira a financiou?

Há autores que sugerem que a cafeicultura sul-mineira é simples projeção da cafeicultura do Oeste Paulista, caso de Paul Singer (1968), Manuel Diégues Júnior e João Heraldo Lima (1981). Para Diégues Jr., Mário Leite (1961) e Vera Alice Cardoso Silva (1982), a cafeicultura do Sul de Minas teria utilizado mão de obra imigrante. Já Roberto Borges Martins e Maria do Carmo Salazar Martins (1994) sugerem que a cafeicultura sul-mineira teria sua expansão associada à desorganização da produção na Zona da Mata mineira, em decorrência da abolição da escravidão. Posição que tanto implica na idéia de predomínio do trabalho livre nos cafezais do Sul de Minas quanto na permanência, até bem adiantado o século XIX, do sistema agrário típico da agricultura mercantil de abastecimento. Todas essas suposições carecem de comprovação empírica, baseada no exame de volumosa documentação local.

Na historiografia brasileira, há “modelos” diferentes para a cafeicultura no Sudeste. No caso do Vale do Paraíba fluminense, Stanley Stein (1990) e João Fragoço (1992) mostraram que o café foi introduzido por famílias enriquecidas no comércio de “grosso trato” e na mineração, em grandes propriedades e com uso de escravaria numerosa, deslocando

violentamente os posseiros e sitiantes que ocupavam a região. Para o caso do Paraíba paulista, Marcondes (1998) mostrou que o café começou como lavoura secundária entre pequenos e médios proprietários voltados para a produção de alimentos – uma estratégia de diversificação das atividades desses proprietários. Porém, com o êxito da cafeicultura fluminense, grandes proprietários paulistas assumiram a liderança da lavoura de café no Vale do Paraíba em São Paulo, promovendo a especialização produtiva regional. No Centro e no Oeste Paulista, conforme Nozoe e Motta (1994), a cafeicultura foi introduzida por grandes proprietários vinculados anteriormente aos negócios com gado e cana-de-açúcar, de modo que novo sistema agrário, baseado em latifúndios e volumosa escravaria, teria se constituído nessas regiões, que, a partir de 1870, caminharam rapidamente para a liderança do setor. Mônica Ribeiro de Oliveira (2005) estudou o caso da Zona da Mata mineira, mostrando que a cafeicultura foi implantada por grandes proprietários, originários dos Termos de Barbacena e São João Del Rei, que empregaram muita escravaria e tropas de muares para o transporte do café. Ao redor de Juiz de Fora, essas grandes fazendas conservaram roças e criação de animais para auto-abastecimento e conviveram com fazendas voltadas para a produção de mantimentos. O que originou sistema agrário diferenciado tanto do Vale do Paraíba quanto do Oeste Paulista. O problema é saber como o processo de introdução/expansão da cafeicultura no Sul de Minas provocou transformações no sistema agrário regional, nas paisagens agrárias de municípios como Alfenas, Camanducaia e Pouso Alegre, citados pelo *Almanach Sul-Mineiro*, publicado em Campanha, em 1874, por Bernardo Saturnino da Veiga, como os lugares onde a cafeicultura era mais destacada.

As referências ao café nas obras de memorialistas da região não ajudam muito a esclarecer o problema mencionado (REBELLO, 2006; SOARES, 1940). De modo geral, os textos memorialísticos convergem no sentido de apontar as décadas de 1860 e 1870 como marco inicial da lavoura cafeeira no Sul de Minas e também da exportação de café para o Rio de Janeiro. Por outro lado, há memorialistas que insinuam ter ocorrido imediatamente a especialização produtiva em fazendas de uns poucos grandes proprietários, cujo sucesso teria exercido uma espécie de contágio sobre os demais proprietários em círculos espaciais crescentes. Outros memorialistas parecem acreditar que o café conviveu por longo tempo com culturas tradicionais, constituindo apenas mais um produto – lucrativo, sem dúvida – na pauta de produção das unidades agropecuárias da região.

Sobre a questão da introdução propriamente dita do café no Sul de Minas, Ferdinando Filletto (2000), em dissertação de mestrado defendida na UFLA, afirma que os tropeiros-fazendeiros que transitavam entre a região e o Rio de Janeiro teriam sido os responsáveis pelas primeiras mudas e lavouras de café implantadas no Sul de Minas. Para Filletto, as primeiras culturas de café no Sul de Minas foram estabelecidas em Aiuruoca, Jacuí e Baependi, em fins do século XVIII. Mas até fins do século XIX, a produção e a exportação sul-mineira da rubiácea foram modestíssimas. Conforme este autor, a trajetória da cafeicultura dos vales dos rios Sapucaí, Lourenço Velho, Verde e Grande seria dependente do Rio de Janeiro; já a cafeicultura do vale do Rio Pardo, altiplanos de Poços de Caldas, médio e baixo vale do Rio Grande e vale do Camanducaia seria dependente de São Paulo.

Para Maria Lúcia Prado Costa (2002), a expansão do café em várias regiões do sul da Província de Minas Gerais, sobretudo nos municípios de Alfenas e Pouso Alegre, teria ocorrido em finais dos anos 1860 e começo da década de 1870, por meio dos investimentos em cafezais de porte considerável por destacados fazendeiros há muito tempo estabelecidos nas terras sul-mineiras. Ela sugere, portanto, duas coisas: a rápida e consciente especialização produtiva e o financiamento endógeno da cafeicultura, realizado a partir de movimento anterior de acumulação na agropecuária regional. Maria Lúcia Prado Costa também afirma a convivência do trabalho escravo com o trabalho livre nesta cafeicultura em implantação no

Sul de Minas, que teria contado, inclusive, com o concurso de mão de obra imigrante (principalmente italiana) nas duas últimas décadas do século XIX.

Para lidar, portanto, com a introdução da agricultura cafeeira na região bem como com os impactos que ela produziu sobre as práticas econômicas dos fazendeiros na segunda metade do século XIX é preciso compreender as relações das elites proprietárias com as importantes Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo no decurso do Oitocentos. A seguir, faremos algumas breves considerações sobre estas relações (de parentesco e de negócios), focando a área de Alfenas, objeto do nosso projeto de pesquisa.

3. INTERESSES AGRÍCOLAS DOS DOIS LADOS DA FRONTEIRA SUL DE MINAS

A documentação compulsada no Cartório do 1º Ofício de Notas da cidade de Alfenas evidencia que, na segunda metade do século XIX, o município sul-mineiro mantinha fortes relações com o Oeste Paulista. Fluxo contínuo de pessoas e de fatores econômicos cruzava a linha demarcatória das duas províncias, ao ponto de fazer das áreas vizinhas à fronteira uma única “região econômica”.

Para ilustrar este fato, bem como chamar a atenção para a importância do seu estudo no que se refere ao entendimento da evolução dos sistemas agrários sul-mineiros, e de Alfenas, em particular, citaremos alguns casos. José Custódio Dias, figura eminente do Sul de Minas na primeira metade do Oitocentos, citada por Alcir Lenharo, passou procuração, em 23 de novembro de 1874, na qual nomeava Fernando Antônio de Barros e Demétrio Antônio de Godói, residentes na cidade de Casa Branca (SP), para lidar com a mudança de residência de seus escravos para a cidade de Alfenas, escravos que foram matriculados por sua mulher, então solteira, Dona Mariana de Almeida Silva naquele município (Cartório do 1º Ofício, Livro 1 de Procurações, p. 2-2v).

Em de 16 de maio de 1875, Ana Francisca de Oliveira e Maria Lourença de Oliveira, deram procurações aos seus maridos, João Ferreira Guimarães e João Cândido Ferreira, residentes no Distrito de Carmo da Escaramuça (atual Paraguaçu) do Termo de Alfenas, para que acompanhassem a leitura do inventário e tivessem todos os poderes sobre a divisão dos bens da sua falecida, Dona Francisca de Paula de Oliveira, moradora em São Carlos do Pinhal (Cartório do 1º Ofício, Livro 1 de Procurações, p. 9v). No ano seguinte, em 13 de julho de 1876, João Cândido Ferreira e sua mulher, transferiram todos os direitos dos bens que lhes foram passados por inventário em favor de José Guerino Pinto e Israel Guerino Pinto, que assim poderiam vender os bens que eram de sua falecida sogra e mãe, situados no Sítio dos Coqueiros, em São Carlos do Pinhal, pelo preço que lhes melhor convir (Cartório do 1º Ofício, Livro 1 de procurações, p.38). No ano de 1875, faleceu na cidade de Alfenas Ana Gonçalves Pimenta e, então, Gabriel Gomes de Souza, morador na cidade de Franca (SP), tornou-se tutor legal dos filhos menores de Ana Gonçalves, razão pela qual constituiu, numa procuração datada de 31 de maio de 1875, Antônio Francisco Gonçalves para vender a parte que eles possuíam na morada de casas e outros bens da falecida (Cartório do 1º Ofício, Livro 1 de Procurações, p. 13v-14).

Estes quatro casos, brevemente indicados, mostram que redes extensas de relações familiares se espraiavam sobre a fronteira de Minas e São Paulo, contribuindo para alocar e realocar recursos econômicos diversos. No âmbito de parentelas numerosas, escravos, terras, cabedais circulavam e, por isso mesmo, influíam sobre a constituição do tecido econômico sul-mineiro. Relações familiares que se desdobraram em relações comerciais cada vez mais amplas entre pessoas do Sul de Minas e da vizinha Província de São Paulo. Ilustram esse processo os dois documentos referidos a seguir. Em 4 de junho de 1875, Francisco Pereira da Silva, morador de Taubaté (SP), nomeou os advogados Nicolau Antônio de Barros e Cândido

José Mariano para tratar de seus direitos na relação com Manoel de Souza Freire, negociante em Alfenas (Cartório do 1º Ofício, Livro 1 de Procurações, p. 14-14v). Por sua vez, o mesmo Manoel de Souza Freire tomava a iniciativa de acionar a Justiça com a finalidade de defender capitais empenhados em negócios com praças paulistas, como na procuração passada no dia 30 de maio de 1875:

Manoel de Souza Freire, morador do distrito desta cidade, nomeia e constitui bastante procurador ao Dr. Antônio Ribeiro dos Santos, morador da Vila de Pirassununga, Província de São Paulo, para cobrar amigável ou judicialmente o que lhe deve Francisco Pereira da Silva e consta de duas obrigações, a primeira da quantia de 303\$570, passada em 8 de Dezembro de 1862, e a segunda da quantia de 1:080\$000, passada a 3 de Agosto de 1865 (...) e para garantia das ditas obrigações foram embargados os bens de seu devedor na referida Vila de Pirassununga (Cartório do 1º Ofício, Livro 1 de procurações, p. 13-13v).

O caso do negociante de Alfenas Manoel de Souza Freire, acima referido, no qual há sinais de “circulação do crédito”, chama a atenção para as imbricações dos negócios (comerciais e financeiros) entre os sul-mineiros e os paulistas, bem como para a antiga formação destes negócios entrelaçados. As procurações do Cartório do 1º Ofício de Alfenas permitem visualizar os laços econômicos entre a cidade sul-mineira e localidades paulistas como Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Caconde, Santa Rita do Passa Quatro, São João do Jaguany, Santa Cruz do Rio Pardo, dentre outras, além das citadas anteriormente.

O que podemos notar com esses exemplos é que entre o Oeste Paulista e a região do Termo de Alfenas, no período que se estende entre os anos de 1871 e 1878, as relações interprovinciais são freqüentes e muito intensas. Relações que não se restringem apenas ao meio comercial, na verdade se estreitam em redes de parentesco, interesses de fortalecimento e perpetuação de fortunas. Ora, isso é decisivo quando se tentar enfrentar a questão do financiamento e da organização inicial da cafeicultura no Sul de Minas.

4. PROPRIEDADES RURAIS DE ALFENAS NAS DÉCADAS DE 1870 E 1880

Os inventários são documentos que permitem analisar mais detalhadamente as estruturas produtivas das unidades rurais, bem como as estratégias empregadas pelos seus proprietários no decurso de suas carreiras de negócios. Com a devida cautela, dado o estágio ainda inicial da pesquisa, podemos fazer algumas inferências relativas às propriedades rurais e à estrutura das fortunas dos fazendeiros do município de Alfenas para o período em tela, a partir da análise de um conjunto de 35 inventários encontrados no acervo da Vara de Famílias e Sucessões da Comarca de Alfenas, documentos originalmente produzidos pelo Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas.

O anexo 1 apresenta quadro das atividades produtivas nas unidades rurais do município de Alfenas, englobando as informações disponíveis para vinte fazendas de tamanhos bastante variados. O que salta aos olhos é a presença marcante da produção de mantimentos (especialmente de milho, feijão e arroz) e da criação de gado bovino e suíno. As roças de milho estão assinaladas em 18 fazendas (75% das unidades), a cana aparece em 8 fazendas (33% das unidades), ao passo que o café é encontrado em apenas 6 fazendas (25% das unidades). Pastos e gado bovino aparecem em 23 fazendas (96% das unidades), enquanto a criação de suínos é registrada em 16 fazendas (67% das unidades). Nestas propriedades, ainda dedicadas majoritariamente à produção de mantimentos, a mão de obra escrava aparece em 16 fazendas de 18 fazendas inventariadas antes do “13 de Maio de 1888” (89% das

unidades), configurando a situação de uma área de agricultura de abastecimento que emprega cativos às vésperas da abolição do escravismo. As escravarias, contudo, parecem ter se tornado, a essa altura e no município de Alfenas, muito reduzidas (a média de escravos nas propriedades arroladas era de 5,3 cativos).

Por outro lado, convém notar a significativa atividade de beneficiamento e/ou transformação de matérias primas agrícolas existentes nas fazendas arroladas no anexo 1. Destacam-se as aparelhagens necessárias para a fabricação de farinhas (de milho e de mandioca), açúcar, rapadura e aguardente, bem como a permanência da capacidade de fiar e tecer panos grossos de algodão. As rodas de fiar e os teares estão registrados em 14 fazendas da amostra (58% das unidades); os monjolos aparecem em 11 fazendas (46% das unidades); os moinhos e engenhos existem em 10 fazendas (42% das unidades) e há alambiques e rodas de mandioca em 2 fazendas (8% das unidades). Quanto ao café, presente em 25% das fazendas da amostra, ele entrava ainda timidamente no município de Alfenas, aparecendo como uma cultura a mais dentre outras nas fazendas da área.

O anexo 2, relativo à estrutura das fortunas rurais de Alfenas nas décadas de 1870 e 1880, foi construído com base na análise das maiores somas de bens observadas na amostra de 35 inventários, englobando proprietários que deixaram monte mor bruto igual ou superior a dez contos de réis (25,7% do total dos inventários). O exame deste anexo sugere que, entre os proprietários rurais alfenenses, predominava amplamente o tipo de *riqueza velha*, para usar a expressão de Zélia Maria Cardoso de Mello (1990), riqueza esta composta por ativos em terras, escravos e dívidas ativas (créditos fornecidos a terceiros, com ou sem prêmio). Entre os 32 inventários analisados, não há sequer uma só referência a títulos da dívida pública ou ações de companhias na lista de bens dos inventariados, fato que demonstra o apego das famílias alfenenses a bens tangíveis (terras, escravos, gado) e a relações creditícias tradicionais.

Algumas indicações sobre a penetração do café em Alfenas também podem ser elaboradas com base nas procurações e escrituras de compra e venda. A partir deste ponto, vamos discutir brevemente estes indícios, que mostram a constituição, no seio da elite agrária local, de uma camada envolvida diretamente com a produção de café em escala crescente.

Dois documentos exemplificam aspectos da introdução do café dentro das propriedades alfenenses no período. Theodoro de Souza Dias, morador do distrito de Machado, em procuração datada de 11 de janeiro de 1876, dava poderes ao Dr. Cândido José Mariano para cobrar de Vicente Ferreira de Oliveira créditos provenientes de um contrato que fez sobre plantações de café (Cartório do 1º Ofício, Caixa 1, Livro 1 de Lançamento de Procurações, p. 26v-27). Por sua vez, Antônio Gonçalves de Araújo, morador da Freguesia da Boa Vista do Termo de Alfenas, no dia 28 de abril de 1878, passou procuração a José Augusto Gilli e Antônio de Pádua Pereira Dias para tratar da cobrança do que lhe devia Dona Rachel, Francesa, moradora da cidade de Três Pontas. A quantia da dívida referia-se a 40 arrobas de café compradas de Antônio Gonçalves por Flávio José Fernandes, em nome de Dona Rachel (Cartório do 1º Ofício, Caixa 1, Livro 1 de Lançamento de Procurações, p. 92-92v). Esses dois documentos sugerem que a lavoura comercial de café ganha impulso na região a partir da década de 1870, contando com a presença de pequenos e médios produtores. Mais do que isso: eles também apontam para a possibilidade de que comerciantes da própria região se encarregaram da comercialização de parte expressiva do café produzido nas fazendas de Alfenas e distritos.

De passagem, convém agregar as informações dos inventários em favor da importância das chácaras e das pequenas fazendas na introdução da cafeicultura em Alfenas. Assim, no inventário de Maria Rita Gouvêa aberto em 2 de setembro de 1873, vê-se que seu viúvo, Joaquim Cassiano de Moraes, possuía uma chácara com uma morada de casas coberta de telhas e quintal, no largo da Matriz na Freguesia de Douradinho, na qual plantara um

cafezal de valor estimado em 300\$000 (Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas. Inv. de Maria Rita Gouvêa, 1873, fl. 5v). Outra chácara com cafezal era a do Major Francisco Gonçalves Leite, situada no largo da Matriz de Alfenas, que possuía casa coberta de telhas envidraçada e assoalhada, quintal cercado de muros e plantado com muitos pés de café, avaliada em 3:500\$000 (Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas. Inv. do Major Francisco Gonçalves Leite, 1890, fl. 11). Já o inventário de João Corrêa do Nascimento, aberto em 13 de julho de 1888, informa que este proprietário possuía um cafezal maltratado na Fazenda Ribeirão de Santo Antônio, avaliado em 300\$000, bem como plantação de café no quintal de sua casa coberta de telhas e assoalhada, situada no Arraial de São Sebastião do Areado. Na relação de bens de João Corrêa do Nascimento, há 60 carros de milho no paiol, avaliados em 120\$000, e 50 alqueires de café em coco, avaliados em 100\$000 – o que indica a fatia de renda relativamente maior que o café gerava para o fazendeiro em comparação com o milho (Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas. Inv. de João Corrêa do Nascimento, 1888, fls. 12 e 15v).

Outras procurações lançam luz sobre o modo como o café penetrou em Alfenas. A estrutura diversificada da produção agropecuária, herança do período do auge da economia de abastecimento, permaneceu, de maneira que o cotidiano rural era atravessado por problemas relativos a rebanhos e terras de cultivo. Em 18 de maio de 1878, Sertório Augusto de Faria e Sá, em procuração datada de 18 de maio de 1878 nomeou e constituiu seu procurador o Dr. Severino Eulogio Ribeiro de Miranda a fim de que pudesse tratar de uma ação civil contra Elias Bonifácio de Miranda para lhe fazer efetiva entrega de 37 rezes que de suas capoeiras tirara, ou fazer-lhe o pagamento da quantia de 1:850\$000, além das mais perdas e danos (Cartório do 1º Ofício, Livro 1 de Lançamento de Procurações, p. 95-95v). Noutra Procuração, Domingos Augusto Ferreira da Silveira, que data de 14 de Junho de 1878, o proprietário reclama de danos e extravios sofridos por seu rebanho e plantações diversas provocados por seus vizinhos, em decorrência do descuido com cercas nas propriedades confrontantes (Cartório do 1º Ofício, Caixa 1, Livro 1 de Lançamento de Procurações, p. 97-97v). Em 2 de outubro de 1877, João Quintino da Fonseca, morador de Carmo da Escaramuça (atual Paraguaçu), contratou um advogado para defendê-lo de ação movida por Francisco Gonçalves Leite, morador de Alfenas, referente a cobrança acerca da venda de um rebanho de porcos (Cartório do 1º Ofício, Caixa 1, Livro 1 de Lançamento de Procurações, p.67). Esses documentos mostram que a presença de gado bovino tendia a ser comum dentro das propriedades da época.

Mais uma indicação da permanência da diversificação produtiva nas grandes fazendas do município de Alfenas nas décadas de 1870 e 1880 é fornecida pela escritura de compra de uma fazenda por Manoel Galdino do Prado. Em 6 de março de 1871, este grande negociante e fazendeiro adquiriu de João Gomes de Azevedo três partes de terras da Fazenda da Estiva, situada a meia légua de Alfenas, pelo preço de 2:500\$000, onde a terceira parte (de cinco alqueires) era separada da segunda pelo Córrego da Estiva, compreendendo as benfeitorias ali existentes que eram uma casa coberta de telhas, monjolo, rego d'água com o competente açude (Cartório do 1º Ofício, Caixa 1, Livro de Protestos nº1, p. 0-1). No ano de 1871, Domiciano Ferreira de Carvalho negociou com os irmãos Justino Alves Pedroza e Antônio Justino Alves Pedroza, respectivamente nas datas de 22 de abril e 23 de abril de 1871, a compra de fazendas. De Justino, Domiciano adquiriu por 8:500\$000 a fazenda denominada Pântano e, de Antônio, Domiciano comprou uma parte de terras de campo e cultura da fazenda denominada Charneca pela quantia de 550\$000, ambas sem rezes e situadas em Alfenas (Cartório do 1º Ofício, Caixa 1, Livro de Protestos nº1, p. 6v-8v). A propriedade em destaque agora é a do Capitão Francisco Vieira Guimarães, adquirida, pelo valor de quatrocentos mil réis, de doze vendedores todos pertencentes a uma mesma família: trata-se

de uma sorte de terras situadas na Fazenda de São Tomás, no lugar denominado Pinheirinho, Distrito de Alfenas, que possuía mais de alqueire e meio e um fundo de brejos distante desta sorte, onde existia uma casa de morada, monjolo e rego d'água. A referida negociação ocorreu em 13 de Julho de 1871 (Cartório do 1º Ofício, Livro de Protestos nº1, p. 14v-15v). Além da lavoura de mantimentos, das atividades criatórias e do início da cafeicultura, propriedades rurais de Alfenas também realizavam atividades industriais tradicionais, combinação característica dos sistemas agrários mineiros do período colonial. Veja-se o caso da propriedade adquirida por Martinho Gonçalves Leite, comprada por 800\$000 em 21 de março de 1871, do Major Francisco de Paula Ferreira Lopes Sobrinho e sua mulher. A propriedade em questão era uma chácara nos subúrbios do Distrito de Alfenas, conhecida pelo nome “A Olaria”, composta de capoeiras, campos e com uma fábrica de telhas (Cartório do 1º Ofício, Caixa 1, Livro de Protestos nº1, p. 4-4v).

José Venâncio de Souza, morador de Alfenas, comprou de Custódio Domingues de Miranda, em 5 de junho de 1871, uma “situação”, nas margens do Ribeirão São Thomé, na Fazenda de mesmo nome no Distrito de Alfenas, que possuía casa de morada coberta de telhas, cozinha, monjolo, rego d'água e terreiro de secar café, e mais uma sorte de terras divididas em sociedade na mesma fazenda pelo preço de 1:000\$000 (Cartório do 1º Ofício, Caixa 1, Livro de Protestos nº1, p. 11v-12v). Interessante notar que José Venâncio de Souza, sete anos depois desta transação, passou procuração em 1º de julho de 1878 para agilizar a venda de dois de seus escravos (Cartório do 1º Ofício, Caixa 1, Livro 1 de Lançamento de Procurações, p. 98v). Estes dois últimos documentos são sinais de que a cafeicultura parece ter constituído, em muitas propriedades, uma atividade a mais e ter sido implantada em muitas unidades com mão de obra escrava. Casos arrolados no anexo 1 também indicam fazendas alfenenses nas quais a cultura de café certamente empregava mão de obra cativa. Algo, portanto, que matiza a afirmação de Manuel Diegues Júnior que, além de assinalar a origem paulista da cafeicultura sul-mineira, pensava que ela contara somente com o trabalho livre. Conforme as palavras de Diegues Jr, “*o café do Sul de Minas instalou-se sobre influência paulista, tanto na técnica de plantio quanto no gênero de vida. O próprio regime de trabalho, baseado na mão de obra imigrante e não mais no escravo, fixou-se no Sul de Minas*” (apud. RESENDE, 1982, p. 378).

É claro que os grandes proprietários, fazendeiros abastados e de enorme prestígio político e social, também tomaram parte na implantação da cafeicultura em Alfenas. Citam-se dois casos. O inventário do Capitão Francisco Ferreira de Assis, aberto em 17 de abril de 1875, informa que este riquíssimo proprietário possuía plantações avaliadas em 1:900\$000, distribuídos da seguinte forma: a) batatal no valor de 60\$000; b) dois feijoais no valor de 240\$000; c) 2 roças de milho no valor de 600\$000; d) canavial no valor de 600\$000 e; e) cafezal velho no valor de 400\$000 (Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas. Inv. do Capitão Francisco Ferreira de Assis, 1875, fls. 10-10v). No caso do Capitão Ferreira de Assis, o café constituía mais uma cultura entre outras desenvolvidas na Fazenda da Conquista. Por sua vez, o Coronel o Coronel Azarias de Souza Dias parecia mais entusiasmado com a cafeicultura, como se pode depreender da notícia publicada no *Monitor Sul-Mineiro* que diz o seguinte:

Cultura do Café – O Cel. Azarias comunica ter feito a primeira remessa do café colhido em suas terras, d'onde este ano tirou mais de 2000 arrobas. O distinto fazendeiro diz-nos mais que na importante freguesia do Machado (...) a colheita há de exceder à 6000 arrobas no decorrente ano, e que em breve tempo esse número subirá a elevada soma (*Monitor Sul-Mineiro*, n. 348, 20 de agosto de 1878).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, é hora de arriscar algumas hipóteses de trabalho em vista dos indícios recolhidos na documentação mencionada e brevemente expostos anteriormente. Hipóteses cuja verificação e eventual validação conduzirão o desenvolvimento da pesquisa. As hipóteses são enunciadas abaixo:

- a) A cafeicultura teria sido introduzida na região como atividade complementar de fazendeiros de variadas condições (pequenos sítiantes, médios e grandes proprietários);
- b) Todavia, diferentemente do caso paulista, a trajetória da cafeicultura na região de Alfenas parece não ter sacrificado as pequenas e médias propriedades como resultado da marcha triunfante do latifúndio cafeeiro;
- c) Na medida em que havia intrincadas e intensas relações entre “mineiros” e “paulistas” na formação das propriedades, das redes de negócios e na constituição dos estoques de cabedais, anteriores à introdução da cafeicultura na região de Alfenas, faz pouco sentido discutir se a expansão dessa nova lavoura é fruto de forças “autóctones” ou “forâneas”;
- d) O financiamento dos primeiros cafezais parece ter sido predominantemente oriundo do capital acumulado pelas famílias que tinham propriedades rurais na região, estabelecidas há décadas nas terras sul-mineiras;
- e) A especialização produtiva em torno do café parece ter sido fenômeno tardio na região de Alfenas, algo associado ao cenário do início do século XX muito mais do que às décadas finais do século XIX.

FONTES

Cartório do 1º Ofício, Comarca de Alfenas:

- Livro 1 de Lançamento das Procuções, Caixa 1.
- Livro de Protestos, nº1, Caixa 1.

Vara de Família e Sucessões da Comarca de Alfenas (acervo do antigo Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas):

- Inventário de Ana Rosa de Jesus, 1873.
- Inventário de Luíza Maria de Jesus, 1875.
- Inventário de Joaquim Rodrigues de Souza, 1873.
- Inventário de Francisco da Silva Figueiredo, 1873.
- Inventário de Isaías Ribeiro da Silva, 1873.
- Inventário de Francisco Gregório Dias, 1873.
- Inventário de Ana Virgínia Pereira, 1874.
- Inventário de Teresa Jesuína Ferreira Vieira, 1874.
- Inventário de José Jacinto Correia, 1874.
- Inventário de Constantino José Ribeiro, 1874.
- Inventário de Francisco Ferreira de Jesus, 1875.
- Inventário de Balbina Perpétua da Silva, 1875.
- Inventário de João Corrêa do Nascimento, 1888.
- Inventário de Ana Luíza de Jesus, 1888.

- Inventário de Maria Antônia, esposa de João do Rosário Velano, 1887.
- Inventário de Manoel Antônio dos Santos, 1888.
- Arrolamento de bens de Francisco Machado Beltrão, 1888.
- Arrolamento de bens de Blandina do Carmo Lima, 1890.
- Inventário de Francisca Pereira do Carmo, 1873.
- Inventário de Maria Jacinta de Jesus, 1875.
- Inventário de Joaquim Antônio Alves e sua mulher Maria Gertrudes de Jesus, 1875.
- Inventário de Deolina Ramos de Jesus, 1888.
- Inventário de Manoel Diogo de Oliveira, 1875.
- Inventário de Ana Emília de Jesus, 1887.
- Inventário de Maria Rita de Gouvêa, 1873.
- Inventário de Maria Cândida de Oliveira, 1887.
- Inventário de Luciano Alves da Silva e sua mulher Antônia Maria de Jesus, 1874.
- Inventário de Maria Francisca da Anunciação, 1887.
- Arrolamento dos bens de Eliza, menor, 1890.
- Inventário do Capitão Francisco Ferreira de Assis, 1875.
- Inventário do Major Francisco Gonçalves Leite, 1890.
- Inventário de Maria Teresa de Jesus, 1874.
- Inventário de Messias Maria de Jesus, 1889.
- Inventário de Iria Josefina de Jesus, 1889.
- Inventário de Messias Angélica de Jesus, 1889.

REFERÊNCIAS

- COSTA, M. L. P. *Fontes para a história social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.
- DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FILLETTO, F. *Trajatória histórica do café na região sul de Minas Gerais*. Lavras: UFLA, 2000. (Dissertação de mestrado em Administração Rural)
- FRAGOSO, J. L. *Homens de grossa aventura: acumulação mercantil e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- GRAÇA FILHO, A. A. *A princesa do oeste e o mito de decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2000.
- LENHARO, A. *As tropas da moderação*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.
- LEITE, M. *Mineiros e paulistas, plantadores de cidades*. São Paulo: Edart, 1961.
- LIBBY, D. C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIMA, J. H. *Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- MARCONDES, R. L. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba século XIX*. Lorena, SP: Stiliano, 1998.
- MELLO, Z. M. C. *Metamorfozes da riqueza*. São Paulo, 1845-1895. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- NOZOE, N.; MOTTA, F. Cafeicultura e acumulação. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 253-320, mai./ago. 1994.
- OLIVEIRA, M. R. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru, SP: Edusc; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2005.

REBELLO, R. M. *O município do Machado até a virada do milênio*. Machado: s. d., 2006. 2 Vols.

SILVA, V. A. C. O significado da participação dos mineiros na política nacional, durante a Primeira República. In: *V Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1982.

SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e revolução urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

SOARES, M. B. *Muzambinho: sua história e os seus homens*. 1940.

STEIN, S. J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

II ECOSUL – Encontro Científico Sul Mineiro de Administração, Contabilidade e Economia

18 a 20 de outubro de 2010

ANEXO 1

| Ano | Local | Fazenda | Proprietário(a) | Escravos | Plantações | Criações | Atividades de transformação |
|------|-----------------------------|---------------|-------------------------------|----------|-----------------------------------|---|--|
| 1873 | São Joaquim | Cachoeira | Justino José de Faria | 3 | - | 5 carneiros 8 bois de carro | 1 engenho 1 roda de fiar 1 tear |
| 1873 | Carmo da Escaramuça | Taquari | Joaquim Rodrigues de Souza | - | Milho Feijão | 4 equinos 14 bovinos 16 suínos | 2 rodas de fiar 1 tear |
| 1873 | Conceição da Boa Vista | Cachoeirinha | Francisco da Silva Figueiredo | 9 | Cana Milho Algodão Arroz | 1 equino 8 bovinos | 3 rodas de fiar 1 tear 1 engenho |
| 1873 | São Joaquim | Cambuhy | Isaías Ribeiro da Silva | 4 | Cana Milho | 2 equinos 6 carneiros 35 suínos 48 bovinos | 1 tear 1 engenho 1 alambique |
| 1873 | São Joaquim | Córrego Fundo | Francisco Gregório Dias | 4 | - | 6 carneiros 3 bovinos 15 suínos | 1 roda de fiar |
| 1873 | Alfenas | Campo Grande | Francisca Pereira do Carmo | 2 | - | 3 suínos | 1 roda de fiar 1 monjolo |
| 1874 | São Francisco do Machadinho | Poço Fundo | Joaquim José Ferreira | 5 | Milho | 2 equinos 6 bovinos 32 suínos | - |
| 1874 | Alfenas | Lambari | José Jacinto Correia | - | Fumo Milho | 4 equinos 14 bovinos | 1 roda de fiar 1 monjolo |
| 1874 | Barranco Alto | Cressiuma | Constantino José Ribeiro | 8 | Cana Mandioca Algodão | 7 carneiros 8 bovinos 29 suínos | 2 rodas de fiar 1 tear 1 monjolo 1 roda de mandioca |

II ECOSUL – Encontro Científico Sul Mineiro de Administração, Contabilidade e Economia

18 a 20 de outubro de 2010

| | | | | | | | |
|------|--------------------------------|---------------------------|--|----|--|---|---|
| 1874 | São Joaquim | Rio Claro | Antônio Corrêa Lourenço | 1 | Milho Pomar | 2 carneiros 3 bovinos 15 suínos | 1 tear |
| 1875 | Alfenas | Água Limpa | Manoel Gonçalves da Costa | 4 | Cana Café Milho | 2 equinos 6 carneiros 8 bovinos | 2 rodas de fiar 1 tear 1 monjolo 1 moinho 1 engenho 1 alambique 1 engenho de serra |
| 1875 | Carmo da Escaramuça | Posse Bonita | Manoel Antônio de Souza | 15 | Arroz Feijão Fumo Milho | 2 equinos 6 carneiros 11 bovinos 62 suínos | 5 rodas de fiar 1 tear 1 monjolo |
| 1875 | São Francisco do Machadinho | Conquista | Capitão Francisco Ferreira de Assis | 19 | Batata Cana Café Feijão Milho Pomar | 3 equinos 9 carneiros 126 suínos 130 bovinos | 1 moinho 1 engenho 1 monjolo 1 roda de mandioca |
| 1887 | Barranco Alto | Glória | Azarias Cardoso Machado | 3 | Cana Café Milho | 13 equinos 12 vacas 1 suíno | 1 monjolo 1 engenho |
| 1887 | Conceição da Boa Vista | Boa Vista | Ana Emília de Jesus | 2 | Pasto | 13 bovinos | - |
| 1887 | São Sebastião do Areado | Serra dos Silveiras | José Joaquim da Silveira | 1 | Café Milho | 1 equino 13 bovinos | - |
| 1888 | Alfenas | Bruacas | Francisco Machado Beltrão | - | Pasto | 2 equinos 2 bovinos | - |
| 1888 | São Sebastião do Areado | Ribeirão Santo Antônio | José Corrêa do Nascimento | - | Café Milho Pomar | 2 equinos 31 carneiros 37 bovinos 27 suínos | 1 roda de fiar 1 tear 1 monjolo 1 engenho |

II ECOSUL – Encontro Científico Sul Mineiro de Administração, Contabilidade e Economia

18 a 20 de outubro de 2010

| | | | | | | | |
|------|-------------------------|-------------------------------|---------------------------------|---|-------------------------|---|--|
| 1888 | São Sebastião do Areado | Serra | Antônio Annorelli (italiano) | - | Milho | 2 equinos 2 bovinos 8 suínos | - |
| 1888 | Alfenas | Posses | Manoel Antônio dos Santos | - | Cana Milho Pomar | 8 bovinos | 1 tear 1 monjolo 1 moinho 1 engenho |
| 1889 | Alfenas | Paivas | José Antônio de Albuquerque | - | Milho Pastos | 1 equino 14 bovinos 13 carneiros 24 suínos | - |
| 1889 | São Sebastião do Areado | Contendas | José Gonçalves da Silva | - | Cana Café Milho | 8 bovinos 1 suíno | 2 monjolos 1 engenho |
| 1875 | Alfenas | Ponte Alta do Campo Grande | Francisco Ferreira de Jesus | 2 | Milho Pastos | 2 equinos 5 carneiros 24 suínos 30 bovinos | 1 tear |
| 1875 | Alfenas | Mato Dentro | José Esteves dos Santos | 3 | Arroz Milho Pomar | 12 bovinos 33 suínos | 1 monjolo 1 moinho 1 tear |

Fonte: Inventários do Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas. Elaboração do autor.

Quadro 1 - Atividades produtivas nas propriedades rurais de Alfenas – décadas 1870-1880

II ECOSUL – Encontro Científico Sul Mineiro de Administração, Contabilidade e Economia

18 a 20 de outubro de 2010

ANEXO 2

| Inventariado(a) | Monte mor | Bens de raiz | | Cativos | | Semoventes | | Dívidas ativas | | Dinheiro corrente | | Dívidas passivas | |
|-------------------------------------|--------------|--------------|------|-------------|------|------------|------|----------------|------|-------------------|-----|------------------|------|
| | | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Luiza Maria de Jesus | 27:673\$810 | 10:340\$000 | 37,0 | 14:900\$000 | 54,0 | 974\$000 | 3,5 | - | - | - | - | 880\$680 | 3,2 |
| Francisco da Silva Figueiredo | 14:502\$738 | 597\$000 | 4,1 | 8:750\$000 | 60,3 | 312\$000 | 2,2 | 4:381\$618 | 30,2 | - | - | 407\$970 | 2,8 |
| Isaías Ribeiro da Silva | 15:275\$900 | 9:000\$000 | 58,9 | 3:680\$000 | 24,0 | 2:174\$000 | 14,2 | - | - | - | - | - | - |
| Teresa Jesuína Ferreira Vieira | 10:658\$000 | 6:650\$000 | 62,4 | 2:100\$000 | 19,7 | 994\$000 | 9,3 | - | - | - | - | - | - |
| Constantino José Ribeiro | 15:975\$500 | 5:900\$000 | 36,9 | 6:500\$000 | 40,7 | 325\$000 | 2,0 | - | - | - | - | 1:077\$410 | 6,7 |
| Manoel Antônio dos Santos | 11:029\$500 | 10:180\$000 | 92,3 | - | - | 296\$000 | 2,7 | - | - | - | - | 592\$900 | 5,4 |
| Major Francisco Gonçalves Leite | 31:634\$180 | 8:000\$000 | 25,3 | - | - | 1:057\$000 | 3,3 | 21:838\$340 | 69,0 | - | - | 50\$000 | 0,16 |
| Capitão Francisco Ferreira de Assis | 194:079\$508 | 68:819\$000 | 35,5 | 22:250\$000 | 11,5 | 8:192\$000 | 4,2 | 29:951\$858 | 15,4 | 63:823\$000 | 4,2 | - | - |
| José Esteves dos Santos | 12:297\$000 | 8:280\$000 | 63,3 | 2:650\$000 | 21,5 | 845\$000 | 6,9 | - | - | - | - | 236\$390 | 1,9 |

Fonte: Inventários do Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas. Elaboração do autor

Quadro 2 – Estruturas das fortunas rurais em Alfenas – décadas 1870-1880